

## **Normas internas para a concessão de equivalência ao grau de mestre em Medicina, na Universidade da Beira Interior**

### **Secção I** **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito**

As presentes normas regulamentam a concessão de equivalência ao grau de mestre em Medicina da Universidade da Beira Interior a candidatos portadores de grau equivalente obtido em instituições de ensino superior estrangeiras.

#### **Artigo 2.º**

##### **Instrução do pedido**

1. O pedido de equivalência é efetuado através do preenchimento do formulário da INCM, modelo n.º 525 - *Requerimento de Equivalência ao grau de Mestre*, acompanhado com todos os documentos discriminados no ponto 2.
2. Os documentos que devem acompanhar o requerimento da equivalência, a entregar nos Serviços Académico da UBI, são os seguintes:
  - a) Fotocópia do documento de identificação ou passaporte (facultativo);
  - b) Diploma do Curso (licenciatura em Medicina ou mestrado integrado em Medicina);
  - c) Documento emitido pelo estabelecimento de ensino onde constem as disciplinas em que obteve aprovação e que conduziram à obtenção do grau, duração dos estudos e a classificação final (ou as classificações parciais caso aquela não seja conferida);
  - d) Dois (2) exemplares de cada dissertação, caso exista, considerada autonomamente no plano de estudos;
  - e) Programas das disciplinas e respetivas cargas horárias do plano de estudos do curso de Medicina frequentado;
  - f) Currículo académico e profissional do candidato, acompanhado dos respetivos comprovativos;
  - g) Documento comprovativo do pagamento de todas as taxas e emolumentos, que não serão devolvidas no caso de desistência do processo;
  - h) Documento em que o requerente declara que só efectuou o pedido de equivalência nesta Universidade e que aceita que todas as comunicações que lhe forem dirigidas sejam efectuadas para o endereço de e-mail que indica neste mesmo documento;
  - i) Requerimento de inscrição para a Prova de Língua Portuguesa.

3. Os requerentes que pretendam solicitar dispensa da Prova de Língua Portuguesa devem formalizar o pedido anexando ao impresso Mod. nº 525, um requerimento, solicitando a dispensa, assim como documento que comprove a habilitação do nível B1 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, em Língua Portuguesa. Todos os documentos originais devem ter tradução quando sejam escritos numa língua estrangeira que não o espanhol, francês, inglês ou italiano.
4. Os documentos originais e as respetivas traduções a que se referem as alíneas b), c), d) e e) terão de possuir a apostila de Haia ou ser reconhecidos por agente diplomático ou consular português no Estado onde o requerente obteve o grau e a assinatura deste agente, sendo autenticada com o selo branco consular respectivo.

### **Artigo 3.º**

#### **Aceitação**

1. A análise administrativa do pedido de equivalência será efetuada pelos Serviços Académicos, Setor de 3.º Ciclo, Concursos de Docentes e Atos Académicos, que comunica ao candidato ou seu deferimento ou indeferimento após a verificação dos elementos que o compõem, o que poderá incluir consulta às instituições de origem para qualquer esclarecimento considerado necessário.
2. O júri é nomeado pelo Reitor, após indicação da comissão de curso do mestrado integrado em Medicina, e tem como função analisar o pedido de equivalência, aceite no número anterior.

### **Artigo 4.º**

#### **Provas**

1. O processo de concessão de equivalência envolve as seguintes provas eliminatórias:
  - a) Prova de Língua Portuguesa;
  - b) Prova escrita de conhecimentos médicos;
  - c) Prova prática de conhecimentos médicos;
  - d) Prova pública de apresentação e defesa de dissertação.
2. A obtenção de classificação inferior a 10 valores (escala de 0 a 20 valores) em uma das provas implica a recusa da equivalência, bem como a impossibilidade de (re)iniciar o processo de equivalência no mesmo ano/edição.

### **Secção II**

#### **Prova de língua portuguesa**

## **Artigo 5.º**

### **Admissão**

1. Previamente à admissão à Prova de Conhecimentos Médicos, todos os candidatos, exceto os oriundos de países de Língua Oficial Portuguesa, deverão ser submetidos a exame escrito que demonstre que dominam suficientemente a Língua Portuguesa.
2. A prova de Língua Portuguesa será equivalente à exigida aos alunos portugueses do 6.º ano de escolaridade tendo como referência para as Línguas o nível da prova de Língua Portuguesa B1.

## **Artigo 6.º**

### **Organização**

1. Será definida, anualmente, pelo Conselho de Escolas Médicas uma data para a realização da prova de Língua Portuguesa, que na Universidade da Beira Interior terá lugar na Faculdade de Ciências da Saúde
2. A elaboração, correção e revisão da prova de Língua Portuguesa serão asseguradas pelo Gabinete de Educação Médica da NOVA Medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.
3. Os candidatos poderão realizar a prova de Língua Portuguesa em qualquer uma das Escolas Médicas/Faculdades nacionais. Os candidatos que a pretendam realizar na Faculdade de Ciência da Saúde na UBI devem efectuar a inscrição para a mesma nos Serviços Académicos da UBI, que delas dará conhecimento à Faculdade de Ciências da Saúde da UBI.
4. O Gabinete de Educação Médica da Universidade Nova de Lisboa, aquando do envio da prova de Língua Portuguesa a todas as Escolas Médicas/Faculdade enviará, igualmente, a Matriz e as Normas de vigilância da prova e outras informações para aplicação e/ou divulgação por estes.
5. Após a realização da prova de Língua Portuguesa, o Gabinete de Educação Médica NOVA Medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa enviará, a cada Escola Médica/Faculdade, a pauta digitalizada com as classificações. Os originais das respetivas provas já corrigidas e o original da pauta serão enviados após o fim do prazo dos pedidos de Revisão. A resposta aos pedidos de revisão e eventuais alterações de classificação (Pauta retificada) serão posteriormente remetidos à devida Escola Médica/Faculdade.



## **Artigo 7.º**

### **Consulta da prova**

A consulta da prova de Língua Portuguesa realizada na Universidade da Beira Interior deverá ser solicitada nos Serviços Académicos da Universidade da Beira Interior que reencaminhará o pedido à Faculdade de Ciências da Saúde da UBI, no prazo de dois dias úteis após o registo oficial das classificações.

1. Os pedidos de consulta de Prova de Língua Portuguesa serão encaminhados para o Gabinete de Educação Médica da NOVA Medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, que enviará uma digitalização da prova à Faculdade de Ciências da Saúde da UBI.
2. A consulta da prova de Língua Portuguesa deverá ser feita na presença de um docente designado pela Faculdade de Ciências da Saúde da UBI.

## **Artigo 8.º**

### **Revisão da prova**

1. O pedido de revisão da prova de Língua Portuguesa deverá ser solicitado nos Serviços Académicos da Universidade da Beira Interior no prazo de três dias úteis após o registo oficial das classificações.
2. A revisão da prova e a atribuição da classificação definitiva são da responsabilidade do Gabinete de Educação Médica da NOVA medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, para onde deverão ser encaminhados os pedidos de revisão.
3. O Gabinete de Educação Médica da NOVA medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa deverá pronunciar-se no prazo de cinco dias úteis após a receção do pedido de revisão da prova de Língua Portuguesa.

## **Artigo 9.º**

### **Dispensa da prova**

1. Tendo como referente os objetivos e critérios de avaliação da Prova de Língua Portuguesa, estão dispensados de realizar a prova os candidatos que apresentem como requisito uma certificação de nível B1 do Quadro Europeu Comum de referências para as línguas.
2. Os candidato que requeiram a equivalência na UBI podem efetuar o pedido de dispensa nos Serviços Académicos da UBI, fazendo acompanhar dos seguintes documentos originais: documento de identificação válido, diploma/certificado e/ou outros documentos que comprovem a detenção do requisito mínimo para a atribuição da dispensa.

### **Artigo 10.º**

#### **Modalidade e objeto de avaliação**

1. A prova de Língua Portuguesa consistirá num trabalho escrito. Esta prova avalia a compreensão, o conhecimento e a expressão escrita da língua portuguesa, tendo como referência o programa em vigor para o Ensino Básico, 6.º ano de escolaridade.
2. A aprovação nesta prova requer a classificação mínima de 10 valores, numa escala de 0 a 20.

### **Artigo 11.º**

#### **Objetivos da prova**

A Prova de Língua Portuguesa tem como objetivos:

- a) Compreender um texto;
- b) Conhecer os aspetos fundamentais da estrutura e do uso Português padrão;
- c) Conhecer as técnicas básicas da organização textual;
- d) Selecionar informação adequada a partir de material escrito.

### **Artigo 12.º**

#### **Estrutura da prova**

A prova organizar-se-á em três grupos:

- a) Grupo I – Leitura orientada de um ou mais textos;
- b) Grupo II – Formulação de perguntas a partir de um texto e ou de interpretação de gráficos;
- c) Grupo III – Redação de um texto a partir de um tema dado.

### **Artigo 13.º**

#### **Cotação**

A cotação final da prova será de 20 valores, distribuídos da seguinte forma:

- a) Grupo I – 8 valores;
- b) Grupo II – 5 valores;
- c) Grupo III – 7 valores.

### **Artigo 14.º**

#### **Duração da prova**

A prova terá uma duração de 90 minutos, não sendo permitido a utilização de dicionário.

### **Artigo 15.º**

#### **Normas de vigilância**

1. O Conselho Científico da Faculdade deve convocar um ou mais professor(es) vigilante(s), dependentes do numero de inscitos, para a realização da Prova de Língua Portuguesa, indicando a data, hora e local da mesma.
2. Os examinandos devem ser convocados para se apresentarem antes da hora marcada para o início da prova.

### **Secção III**

#### **Prova escrita de conhecimentos médicos**

### **Artigo 16.º**

#### **Prova escrita**

1. Após aprovação na prova de língua portuguesa, ou caso desta tenham sido dispensados, nos termos do número 1 do artigo 5.º, os candidatos deverão submeter-se a uma prova escrita de conhecimentos médicos.
2. A avaliação de conhecimentos relativa ao espectro geral da formação médica será feita mediante a aplicação de um teste de escolha múltipla com, pelo menos, 120 perguntas das seguintes sete áreas nucleares:
  - a) Área de Medicina (40 perguntas), incluindo conhecimentos gerais de Medicina Interna em todos os seus vetores (Cardiologia, Pneumologia, Gastrenterologia, Hematologia, Reumatologia, etc.) e, ainda, de Infeciologia, Neurologia e Dermatologia;
  - b) Área de Cirurgia (20 perguntas), incluindo conhecimentos gerais de Clínica Cirúrgica, Ortopedia e de Urologia;
  - c) Área de Pediatria (20 perguntas), apenas sendo exigidos conhecimentos sobre Pediatria Geral e Puericultura;
  - d) Área de Obstetrícia e Ginecologia (10 perguntas), com particular incidência nos conhecimentos sobre fisiologia e evolução da gravidez normal, a patologia associada mais importante (hipertensão arterial, diabetes, hemorragias da gravidez, parto pré-termo, infeções, etc.) e o trabalho de parto normal, bem como sobre a fisiologia e alterações do ciclo menstrual, infeções ginecológicas, anticonceção e menopausa;
  - e) Medicina Geral e Familiar (10 perguntas);
  - f) Saúde Pública (10 perguntas);
  - g) Saúde Mental (10 perguntas).
3. O nível de dificuldade das questões será equivalente ao exigido aos alunos do Ciclo Clínico da Faculdade de Ciências da Saúde; Sugere-se a consulta dos programas das Unidades Orgânicas.



4. As questões são de escolha múltipla, havendo para cada questão 5 opções de resposta das quais só 1 opção é correta.
5. As questões das várias áreas científicas são distribuídas de forma aleatória no teste.
6. O teste tem uma duração de 180 minutos e a aprovação no teste implica a resposta certa a 60 questões.
7. O júri da Prova é nomeado pelo Conselho Científico.
8. Os resultados serão afixados pela Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências da Saúde.
9. Somente os candidatos que obtenham uma classificação igual ou superior a 10 valores serão admitidos à prova seguinte de prática de conhecimentos médicos.
10. A não aprovação na prova escrita de conhecimentos médicos num ano implica a exclusão da realização das provas descritas nos números seguintes nesse mesmo ano, obrigando à instrução de um novo processo de equivalência no ano seguinte, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do presente conjunto de normas.
11. São dispensados desta prova os diplomados por instituições de ensino superior de países da União Europeia.

#### **Artigo 17.º**

##### **Local de realização da prova**

A prova terá lugar na Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências da Saúde, sendo administrada sob supervisão do Conselho das Escolas Médicas Portuguesas, em data e hora a definir pelo mesmo.

#### **Secção IV**

##### **Prova prática de conhecimentos médicos**

#### **Artigo 18.º**

##### **Prova prática**

1. Após aprovação na prova escrita de conhecimentos médicos, os candidatos deverão submeter-se a uma prova prática de conhecimentos médicos, constando de colheita de história e exame físico de um doente, colocação de hipóteses de diagnóstico, pedido de meios complementares de diagnóstico pertinentes e, em face dos resultados dos mesmos, hierarquização dos diagnósticos, conclusão quanto ao diagnóstico provável, sugestão terapêutica e prognóstico.
2. A prova prática/clínica será feita com dois doentes por candidato, a sortear no dia da prova entre doentes das áreas de Medicina Interna e de Cirurgia Geral.
3. Os candidatos têm 60 minutos para entrevistar cada doente que lhes foi atribuído por sorteio.

4. Seguidamente disporão de 120 minutos para redigir um relatório: a anamnese, o exame físico e proposta de diagnóstico provisório, requisição dos exames complementares, discussão do diagnóstico diferencial, estabelecimento do diagnóstico definitivo, proposta terapêutica e prognóstico.
5. No dia seguinte, perante o júri, formado apenas por Professores de Medicina e de Cirurgia, lerão e discutirão os relatórios elaborados na véspera, sendo interrogados pelo membro do Júri das áreas a que se referem os doentes, mas podendo o outro elemento intervir com questões relacionadas com as patologias em discussão.
6. Não haverá lugar a perguntas “livres”.
7. A prova prática/clínica não deverá ter duração superior a 120 minutos, mas ao candidato será sempre dado tempo suficiente para responder às questões colocadas pelo júri.
8. A aprovação na prova prática de conhecimentos médicos é condição necessária para a concessão de equivalência.
9. A não aprovação na prova prática de conhecimentos médicos num ano implica a exclusão da realização das provas descritas nos números seguintes nesse mesmo ano, obrigando à instrução de um novo processo de equivalência no ano seguinte, sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 7º do presente conjunto de normas.
10. Estão dispensados desta prova os diplomados por instituições de ensino superior de países da União Europeia.

### **Artigo 19.º**

#### **Local de realização da prova**

A prova terá lugar numa das unidades de saúde afiliadas da Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências da Saúde, sendo administrada sob supervisão de um júri local, nomeado pela Presidência da Faculdade, em data e hora a definir após aprovação na prova escrita de conhecimentos médicos.

### **Secção V**

#### **Prova pública**

### **Artigo 20.º**

#### **Prova pública de apresentação e defesa de dissertação ou monografia**

1. Após aprovação na prova prática de conhecimentos médicos, os candidatos deverão submeter-se a uma prova pública de apresentação e defesa de uma dissertação ou monografia, por si elaborada.
2. Para admissão à prova pública os candidatos deverão entregar, em prazo a definir após aprovação na prova prática descrita no artigo 8º, a dissertação, às quais se aplicam as regras



fixadas para prova de idêntica natureza exigida aos estudantes do último ano do Ciclo de Estudos Integrado Conducente ao Grau de Mestre em Medicina da Universidade da Beira Interior.

3. Os trabalhos conducentes à dissertação deverão ser realizados de acordo com as regras fixadas pelo júri constituído para apreciação do pedido de equivalência.
4. A prova pública de apresentação e defesa da dissertação ou monografia segue as regras fixadas para prova de idêntica natureza exigida aos estudantes do último ano do Ciclo de Estudos Integrado Conducente ao Grau de Mestre em Medicina da Universidade da Beira Interior.
5. Poderão ser dispensados desta prova os candidatos que demonstrem ser titulares de grau de mestre ou doutor em Medicina ou os candidatos diplomados por instituições de ensino superior de países da União Europeia cujo grau (Medical Degree ou equivalente) tenha sido obtido antes da implementação da reforma de Bolonha, mediante requerimento expresso do próprio e após apreciação curricular.
6. A aprovação na prova pública de apresentação e defesa da dissertação ou monografia é condição necessária para a concessão de equivalência.

#### **Artigo 21.º**

##### **Não aprovação**

1. Cada candidato só poderá submeter-se a cada prova, no máximo, duas vezes, sendo, em caso de não aprovação, automaticamente excluídos todos os pedidos de equivalência subsequentes.

#### **Artigo 22.º**

##### **Aprovação**

1. Após a aprovação em todas as provas descritas nos artigos anteriores, o presidente do júri designado para apreciação do processo de concessão de equivalências proporá a concessão da mesma à Secção Científica do Senado da Universidade da Beira Interior.
2. Caso a proposta seja aprovada, o Setor de Terceiros Ciclos, Concursos de Docentes e Atos Académicos, informará o candidato que poderá então solicitar a emissão do respetivo certificado.
3. O resultado do pedido de equivalência será expresso qualitativamente como aprovado ou recusado, sendo atribuída ao candidato uma classificação, conforme previsto no capítulo III, artigo 10º do Decreto-lei 283/83, de 21 de junho uma vez que as provas do processo de equivalência, incluindo aquelas em que o resultado assume uma forma numérica, não são desenhadas com o objetivo de atribuir uma gradação da aptidão dos candidatos, mas apenas determinar ou não a sua aprovação.

4. Os candidatos que submetam pedidos de equivalência e já tenham obtido aprovação em algumas das provas descritas no artigo 4.º nos dois anos anteriores poderão pedir o reconhecimento das mesmas para efeitos de instrução do processo, caso estas tenham sido efetuadas na Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências da Saúde. Não serão reconhecidas aprovações prévias aos dois anos anteriores àquele em que o pedido de equivalência é efetuado.

## **Secção VI**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 23.º**

##### **Omissões e dúvidas**

As omissões e dúvidas suscitadas na aplicação do presente conjunto de normas são resolvidas pelo Diretor do Ciclo de Estudos Integrado Conducente ao Grau de Mestre em Medicina da Universidade da Beira Interior, ou em quem ele delegar para o efeito.

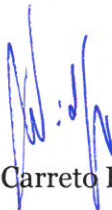
#### **Artigo 24.º**

##### **Entrada em vigor**

As presentes normas entram em vigor no dia seguinte ao da publicação.

Universidade da Beira Interior, 30 de Março de 2017.

O Reitor,



António Carreto Fidalgo

**Normas internas para a concessão de equivalência ao grau de mestre em  
Medicina, na Universidade da Beira Interior**

**ANEXO I**

**Calendário para as Provas a realizar no ano de 2017**

	Data	
	Início	Fim
Receção de processos de equivalência	-	-
Receção de processos de equivalência para eventual inscrição nas provas a realizar no ano de 2017	-	20/04/2017
Realização da prova de Língua Portuguesa	3/05/2017 - 9 Horas	
Inscrição para a prova escrita de conhecimentos médicos	-	29/05/2017
Realização da prova escrita de conhecimentos médicos	a)	
Inscrição para a prova prática de conhecimentos médicos	-	23/06/2017
Realização da prova prática de conhecimentos médicos	a)	
Inscrição para a prova pública de defesa	a)	

a) Data a divulgar



## **Normas internas para a concessão de equivalência ao grau de mestre em Medicina, na Universidade da Beira Interior**

### **ANEXO II**

#### **Procedimentos a observar na realização da prova de Língua Portuguesa**

1. A chamada dos examinandos faz-se de acordo com as pautas, 10 minutos antes da prova.
2. Os examinandos não prestar provas sem serem portadores do passaporte ou de um documento que o substitua, desde que contenha fotografia.
3. O atraso na comparência dos examinandos às provas não pode ultrapassar 15 minutos após a hora de início da mesma:
  - a) As faltas dos examinandos devem ser assinaladas nas pautas, a vermelho;
  - b) Procede-se à chamada dos examinandos a atribui-se os respetivos lugares.
4. O professor deve:
  - a) Indicar, no quadro, a hora de início e do fim da prova;
  - b) Distribuir as folhas da prova e de rascunho;
  - c) Conferir a identidade do examinado, através do documento de identificação e verificar se o nome coincide com o da pauta;
  - d) Rubricar todas as folhas da prova;
  - e) Datar e rubricar as folhas de rascunho;
  - f) O professor vigilante só pode sair da sala em caso de força maior, sendo substituído por outro professor que permanecerá na sala de exame até ao fim da prova;
  - g) É proibida a utilização de quaisquer sistemas de comunicação móvel nas salas de exame por parte dos professores vigilantes.
5. O professor vigilante deve advertir os examinandos de que:
  - a) Devem escrever na folha de prova o nome completo, de forma legível, e a data;
  - b) Só podem usar caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta;
  - c) Em caso algum podem ser aceites respostas dadas em folhas de rascunho ou escritas a lápis;
  - d) É permitido aos examinandos substituir as folhas de resposta. No entanto, o professor deverá rasgar as folhas inutilizadas, na presença do examinando;

- e) Os examinandos que, por qualquer forma, cometam ou tentem cometer fraude, em seu proveito ou em proveito de outrem, bem como aqueles que dela se aproveitem, são impedidos de continuar o seu exame.
  - f) Para realização das provas de exame, os examinandos não podem levar quaisquer suportes escritos (ex: livros, cadernos, folhas), nem aparelhos de vídeo ou áudio, incluindo telemóveis, bips, etc;
  - g) O uso de dicionário para interpretação do enunciado ou apoio da resposta não é permitido;
  - h) Os examinandos não podem abandonar a sala antes de terminado o tempo regulamentar da prova e sem que as provas estejam devidamente identificadas e conferidas.
6. A recolha das provas é efetuada da seguinte maneira:
- a) Terminado o tempo de duração da prova, o professor, responsável pela vigilância, deve recolher, nos lugares, as folhas de resposta;
  - b) As folhas de rascunho não são recolhidas, podendo os examinados levar as folhas de rascunho e de prova.
  - c) Proceder à sua conferência pela pauta;
  - d) Autorizar a saída dos examinandos.
7. As Provas de Língua Portuguesa e as pautas, com os nomes dos examinados, serão remetidas em correio expresso registado, no próprio dia, para:

Conselho Científico da Faculdade de Ciências Médicas  
Faculdade de Ciências Médicas  
Campo Mártires da Pátria, 130  
1169-056 Lisboa.

8. Como medida de segurança, o Conselho Científico da Faculdade, deve ficar com fotocópia dos originais das provas, no caso de se verificar algum extravio.